



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Nota Técnica
n.º 31/07

**SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2007
CUMPRIMENTO DA META FISCAL
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA**

Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

**4ª AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTINGENCIAMENTO**

***Flávio Leitão Tavares
José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura***

**RESULTADOS DE SETEMBRO
DESEMPENHO DAS RECEITAS
INVESTIMENTOS FEDERAIS**

5/Novembro/2007

Endereços na Internet: <http://www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/conof> e
<http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil>.

E-mails: flavio.tavares@camara.gov.br; jose.tavares@camara.gov.br; e marcia.moura@camara.gov.br

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



SUMÁRIO

I – CUMPRIMENTO DE METAS PRIMÁRIAS	3
II – METAS DO EXERCÍCIO	5
III - MONTANTE E DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO.....	7
IV –INVESTIMENTOS, PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E PPI	9
V – CENÁRIO MACROECONÔMICO E PARÂMETROS FISCAIS.....	10
VI – DESPESAS.....	12
VII – A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO.....	12
VIII – TÓPICO ESPECIAL: RELATÓRIO DE RECEITAS.....	15
VIII.1 ARRECADAÇÃO NO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2007	15
VIII.2 ARRECADAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2007.....	20
VIII.3 ARRECADAÇÃO ADMINISTRADA PELA RFB PREVISTA E REALIZADA NO MÊS DE SETEMBRO DE 2007	24
IX – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO NO QUADRIMESTRE.....	25
ANEXOS.....	29



I – CUMPRIMENTO DE METAS PRIMÁRIAS ¹

1. Os resultados fiscais do 2º quadrimestre ficaram muito acima do estabelecido no decreto de contingenciamento. A meta de superávit primário do governo central (inclusive estatais) para o 2º quadrimestre era de R\$ 51,2 bilhões e o realizado foi de R\$ 62,1 bilhões, com folga de R\$ 10,9 bilhões, como mostra a Tabela.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO, 2007

Resumo do Cumprimento de Metas ⁽¹⁾
(R\$ bilhões)

	Até o II Quadrim			Até Dezembro		Saldo Metas III Quadrim
	Metas	Realizado	Diferença	Orçamento	Metas ⁽²⁾	
Receita Administrada pela RFB ⁽³⁾	257,2	267,9	10,6	411,7	409,2	141,3
Arrecadação Líquida do INSS	84,2	85,7	1,5	135,9	138,5	52,8
Demais Receitas ⁽⁴⁾	44,5	42,5	(2,0)	70,7	67,7	25,2
Total das Receitas Brutas	386,0	396,1	10,1	618,3	615,4	219,3
Transferências a Estados e Municípios (-)	65,1	66,1	1,1	103,9	101,0	34,9
Receita Líquida (a)	320,9	330,0	9,0	514,3	514,4	184,4
Pessoal e Encargos Sociais	74,0	75,9	1,9	117,9	118,4	42,5
Benefícios da Previdência	112,9	112,3	(0,6)	182,2	183,1	70,8
Outras Despesas Obrigatórias ⁽⁵⁾	33,4	33,2	(0,2)	51,8	64,3	35,0
Despesas Obrigatórias (b)	220,3	221,4	1,1	351,9	365,8	148,3
Legislativo, Judiciário e MPU (c)	3,7	3,1	(0,5)	6,0	5,8	2,7
Despesas Discricionárias do Executivo (d)	56,3	54,1	(2,2)	105,7	101,1	46,9
Projeto Piloto de Investimento (PPI) (e)	3,0	2,2	(0,8)	4,6	11,3	9,1
Outras Despesas Discricionárias	53,3	51,9	(1,4)	101,1	89,8	37,8
Total das Despesas Acima da Linha (f)=(b)+(c)+(d)	280,2	278,6	(1,6)	463,5	472,7	194,0
Resultados Primários Ajustados						
Orçamentos Fiscal e Seguridade (g)=(a)-(f)+(p)	40,7	50,9	10,2	50,8	41,7	(9,1)
Orçamentos Fiscal e Seguridade sem Despesas PPI (h)=(g)+(e)	43,7	53,1	9,4	55,4	53,0	(0,0)
Estatais Federais (i)=(n) ou (o)+(q)	10,5	11,2	0,7	16,1	18,1	6,9
Resultado Ajustado Governo Central Apurado Bacen (j)=(g)+(i)	51,2	62,1	10,9	66,9	59,8	(2,2)
Governo Central sem Despesas PPI (k)=(j)+(e)	54,2	64,3	10,1	71,5	71,1	6,9
Memorando:						
Resultado Primário Fiscal e Seguridade Meta (l)	40,7	41,7	1,0
Resultado Primário Fiscal e Seguridade Apurado Bacen (m)	...	52,5
Resultado Primário das Estatais Federais Meta (n)	10,5	16,1	18,1	...
Resultado Primário das Estatais Federais Apurado Bacen (o)	...	9,5
Discrepância Estatística (p)	-	(0,5)	(0,5)	-	-	0,5
Ajuste Metodológico: Recebíveis de Itaipu Binacional (q)	-	1,7	1,7	-

Fonte: Decreto 6.076/07; Relatório de cumprimento de metas; Relatório de avaliação orçamentária do 4º bimestre; Secretaria de Orçamento Federal (MPOG). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

⁽²⁾ Atualizadas pelo Decreto 6.242/07.

⁽³⁾ Não inclui as receitas do INSS.

⁽⁴⁾ Inclui FGTS e operações com ativos.

⁽⁵⁾ Inclui FGTS. Não inclui créditos extraordinários do PPI.

¹ Para atender o art. 9º da LRF (§ 4º) e o § 6º do art. 2º da Lei n.º 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o Executivo enviou ao Congresso Nacional (Mensagem n.º 136, de 2007-CN) relatório de cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais (PDG) das empresas estatais federais do segundo quadrimestre de 2007 ("Relatório"). A respeito da forma como as metas anual e quadrimestrais são estabelecidas, como evoluíram em 2007, desde a sanção da lei orçamentária, e do conteúdo do Relatório, ver Nota Técnica n.º 12/07, sobre o cumprimento das metas no 1º quadrimestre, em <http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos>.



2. Essa é a dimensão de quanto, por diversas razões, deixou de ser aproveitado, nesses 8 primeiros meses, do espaço fiscal disponível.
3. O resultado primário do governo central (orçamentos fiscal e da seguridade social e programa de dispêndios globais das estatais federais) de R\$ 62,1 bilhões ao final do segundo quadrimestre teria, segundo o Relatório, ultrapassado (em R\$ 2,2 bilhões) a meta para todo o ano de 2007 – de R\$ 59,8 bilhões, com a plena execução do PPI.²
4. Isso se deu principalmente porque as receitas, em linha com as reestimativas do Congresso³, superaram as projeções do Executivo. Liquidamente (de transferências a estados e município), o excedente de receitas foi de R\$ 9 bilhões.
5. Contribuíram também menores despesas, embora as de natureza obrigatória tenham superado a projeção, principalmente pessoal e seus encargos. As despesas com o PPI ficaram abaixo do previsto, mas responderam modestamente pelo desvio, já que se pretendia executar relativamente pouco até o fim de agosto: 80% do Projeto haviam sido deixados para o último terço do ano.
6. As despesas realizaram-se R\$ 1,6 bilhão abaixo do previsto, principalmente em função das despesas discricionárias (incluído o PPI), que ficaram R\$ 2,2 bilhão aquém do esperado. As despesas de pessoal excederam o programado em quase R\$ 2 bilhões.
7. Os gastos do PPI foram de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 750 milhões a menos do que o programado. Deveria ter ocorrido, ao contrário, alguma aceleração desses investimentos, com o aumento substancial (de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 11,3 bilhões) do montante do PPI neste exercício⁴. Isso já prejudicou a redução da meta primária para até 3,35% do PIB, como parecia pretender o Executivo.
8. Até o 2º quadrimestre, o excesso de superávit do orçamento fiscal e da seguridade social, de acordo com o critério de apuração do Banco Central, foi de R\$ 11,8 bilhões (superávit de R\$ 52,5 bilhões, ante R\$ 40,7 bilhões previstos). A meta até dezembro é de R\$ 41,7 bilhões, se considerarmos o dispêndio total com o PPI.
9. O resultado das estatais federais, pelo mesmo critério, foi de R\$ 9,5 bilhão até agosto, cerca de R\$ 1 bilhão abaixo do previsto. Para o exercício, a meta das estatais federais é de 18,1 bilhões, restando, portanto, esforço de R\$ 8,6 bilhões para os últimos quatro meses do ano. O que falta economizar pelas estatais no último quadrimestre cai para R\$ 6,9 bilhões, após o ajuste metodológico relativo aos recebíveis de Itaipu.
10. Dada a faculdade estabelecida na LDO, de abatimento da meta das despesas realizadas do PPI, e considerando que estas despesas foram de R\$ 2,2 bilhões

² As metas para abril e agosto foram estabelecidas no Decreto 6.046/07, de 22/2, não tendo sido alteradas pelo Decreto 6.076/07, de 10/4. O Decreto 6.173, de 30/07, embora tenha mantido a meta nominal, alterou a distribuição de receitas e despesas.

³ Ver, a propósito das previsões de receita para 2007, o Relatório da Receita da proposta orçamentária para 2008, em http://www2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/loa/loa2008/rel_receita/01_rel_da_receita_corr.pdf.

⁴ Ver Lei 11.447/07, de 29 de maio, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2007/Lei/L11477.htm.



até agosto, a meta ajustada de R\$ 54,2 bilhões foi igualmente superada pelo resultado do governo central em R\$ 10,1 bilhões. Esse tipo de comparação diminui o desvio porque ignora a execução insuficiente do PPI.

11. Na hipótese, remota, de que todas as despesas previstas do PPI sejam executadas e pagas em 2007, a meta ajustada do governo central será de R\$ 71,1 bilhões para o exercício.
12. O excesso nos orçamentos do governo central, segundo o Relatório de cumprimento de metas ("Relatório"), seria de R\$ 7,8 bilhões, comparando-se, equivocadamente, no nosso entendimento, o efetivamente apurado nas estatísticas fiscais do Banco Central e a meta, dela descontada a previsão de despesas com o PPI até agosto.

II – METAS DO EXERCÍCIO

13. A meta de superávit primário do governo central neste exercício, de R\$ 71,1 bilhões, foi estabelecida no Decreto 6.046/07, e mantida nas avaliações e decretos posteriores, por força do disposto na Lei 11.477/07, que alterou a LDO. A Tabela seguinte apresenta a evolução da previsão dos agregados fiscais para 2007.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2007

Resumo do Contingenciamento ⁽¹⁾

	Lei	Decreto 6.046/07		Decreto 6.076/07 (Republ)		2ª Avaliação		Decreto 6.173/07 (3ª Avaliação)		Decreto 6.242/07 (4ª Avaliação)		Variação do Decreto 6.242 em Relação a		
		R\$ bilhões		R\$ bilhões		% do PIB		R\$ bilhões		R\$ bilhões		Lei	6.046	6.173
		R\$ bilhões		R\$ bilhões		% do PIB		R\$ bilhões		R\$ bilhões		R\$ bilhões		
Receita Administrada pela SRF ⁽²⁾	411,7	393,9	393,9	396,6	15,7	404,2	16,0	409,2	16,2	(2,5)	15,3	5,0		
Arrecadação Líquida do INSS	135,9	136,8	136,8	137,0	5,4	137,3	5,4	138,5	5,5	2,6	1,7	1,3		
Demais Receitas ⁽³⁾	70,7	67,9	67,9	66,6	2,6	67,7	2,7	67,7	2,7	(3,0)	(0,2)	(0,0)		
Total das Receitas Brutas	618,3	598,6	598,6	600,3	23,8	609,2	24,2	615,4	24,4	(2,9)	16,8	6,2		
Transferências a Estados e Municípios (-)	103,9	97,8	97,8	97,0	3,8	99,8	4,0	101,0	4,0	(3,0)	3,2	1,2		
Receita Líquida (a)	514,3	500,8	500,8	503,3	20,0	509,5	20,2	514,4	20,4	0,1	13,6	5,0		
Pessoal e Encargos Sociais	117,9	118,1	118,1	118,1	4,7	118,1	4,7	118,4	4,7	0,5	0,3	0,3		
Benefícios da Previdência ⁽⁴⁾	182,2	183,1	183,1	183,4	7,3	182,2	7,2	183,1	7,3	0,9	(0,0)	0,8		
Demais Despesas Vinculadas ao Mínimo	29,1	30,4	30,4	30,4	1,2	30,8	1,2	31,6	1,3	2,5	1,2	0,8		
Compensação a Est. Exportadores/ICMS	3,9	3,9	3,9	3,9	0,2	3,9	0,2	3,9	0,2	0,0	0,0	0,0		
Créditos Extraordinários	0,0	2,6	2,6	4,8	0,2	6,0	0,2	7,2	0,3	7,2	4,5	1,2		
Outras Despesas Obrigatórias ⁽⁵⁾	18,8	19,0	19,0	19,0	0,8	20,7	0,8	21,6	0,9	2,8	2,7	0,9		
Despesas Obrigatórias (b)	351,9	357,1	357,1	359,6	14,3	361,8	14,4	365,8	14,5	13,9	8,7	4,0		
Legislativo, Judiciário e MPU (c)	6,0	6,0	5,4	5,4	0,2	5,8	0,2	5,8	0,2	(0,1)	(0,1)	0,0		
Meta de Resultado Primário (d)	55,4	53,0	53,0	53,0	2,1	53,0	2,1	53,0	2,1	(2,4)	(0,0)	0,0		
Margem Discricionária (e)=(a)-(b)-(c)-(d)	101,1	84,7	85,3	85,3	3,4	88,8	3,5	89,8	3,6	(11,3)	5,1	1,0		
Projeto Piloto de Investimento ⁽⁶⁾ (PPI) (f)	4,6	4,6	4,6	11,3	0,4	11,3	0,4	11,3	0,4	6,7	6,7	0,0		
Desp. Discricionárias do Executivo (g)=(e)+(f)	105,7	89,3	89,9	96,6	3,8	100,1	4,0	101,1	4,0	(4,6)	11,8	1,0		
Resultado Primário + PPI (h)=(d)-(f)	50,8	48,4	48,4	41,7	1,7	41,7	1,7	41,7	1,7	(9,1)	(6,7)	0,0		
Total das Despesas (i)=(b)+(c)+(g)	463,5	452,4	452,4	461,5	18,3	467,7	18,6	472,7	18,8	9,2	20,4	5,0		
Memorando:														
Déficit da Previdência (RGPS)	46,3	46,3	46,3	46,4	1,8	45,0	1,8	44,5	1,8	(1,7)	(1,7)	(0,4)		
Superávit das Estatais Federais (j)	16,1	18,1	18,1	18,1	0,7	18,1	0,7	18,1	0,7	2,0	0,0	0,0		
Superávit do Governo Federal (d)+(j)	71,5	71,1	71,1	71,1	2,8	71,1	2,8	71,1	2,8	(0,4)	0,0	0,0		
PIB (R\$ bilhão) ⁽⁷⁾	2.258,3	2.256,6	2.256,6	2.520,1	100	2.520,8	100	2.520,8	100		

Fonte: Orçamento de 2007; Decretos citados; e Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MPOG). Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Dados preliminares. Diferenças podem ocorrer devido a arredondamentos.

⁽²⁾ Não inclui as receitas do INSS.

⁽³⁾ Inclui operações com ativos.

⁽⁴⁾ Inclui na lei R\$ 850 milhões que dela constaram como reserva para reajuste do salário mínimo.

⁽⁵⁾ Critério dos decretos de contingenciamento. Inclui despesas extra-orçamentárias.

⁽⁶⁾ Difere do Relatório de avaliação orçamentária do segundo bimestre por considerar valor aumentado do PPI.

⁽⁷⁾ Estimados conforme a metodologia antiga do IBGE até o Decreto 6.076/07.

14. A meta de superávit dos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 53 bilhões, inferior ao que estabeleceu a lei orçamentária. A meta das estatais federais é de R\$ 18,1 bilhões, e sua distribuição entre grupos de empresas continua a mesma da 1ª Avaliação, com Petrobras e Itaipu respondendo por 95% do total. Governos subnacionais contribuirão com R\$ 24,8 bilhões.

15. As projeções atualizadas para 2007 constam da 4ª avaliação e do Decreto nº 6.242/07.

16. A estimativa do total das receitas brutas melhorou R\$ 6,2 bilhões em relação à avaliação anterior, mas ainda é inferior à lei em R\$ 2,9 bilhões. Em termos de receitas líquidas de transferências constitucionais e legais, não há mais diferença entre as previsões oficiais e a lei, em grande parte pela razão que se segue.

17. Na reestimativa de receita realizada pelo Congresso, levou-se em conta desoneração de R\$ 2,2 bilhões referente à correção da tabela do imposto de renda da pessoa física e à prorrogação do incentivo da depreciação acelerada na



legislação da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Entretanto, optou-se, na lei, por apropriar a receita pelo total, antes dessas desonerações, e deixar em reserva de contingência R\$ 1,5 bilhão, correspondente à perda líquida para a União delas decorrente.⁵ Isso significa que, ajustada a receita bruta mediante a apropriação dessa desoneração, a última avaliação difere da lei em cerca de R\$ 700 milhões, e na receita líquida a atual projeção do Executivo é R\$ 600 milhões superior ao estimado pelo Congresso.

18. Despesas obrigatórias no exercício superam agora o orçamento em R\$ 13,9 bilhões (aumento de R\$ 4,0 bilhões em relação à avaliação anterior). A maior parte (R\$ 9,3 bilhões) deve-se a despesas extra-orçamentárias (principalmente créditos extraordinários). A nova previsão de despesas vinculadas ao salário mínimo supera a da lei em R\$ 3,4 bilhões.
19. Sem considerar as despesas do PPI, o Executivo pode despender discricionariamente R\$ 89,8 bilhões. Incluindo as despesas com o PPI, com seu novo valor, o Executivo poderia vir a executar despesas discricionárias de R\$ 101,1 bilhões, ainda assim R\$ 4,6 bilhões abaixo da lei.

III - MONTANTE E DETERMINANTES DO CONTINGENCIAMENTO

20. A limitação de despesas corresponde à soma das diferenças, em relação à lei, das reestimativas atualizadas das receitas pertencentes à União, das demais despesas obrigatórias e da meta nominal de superávit primário.
21. Em relação à lei, o Decreto 6.046/07 havia limitado o empenho, a movimentação financeira e os pagamentos de despesas discricionárias do Executivo em R\$ 16,4 bilhões, como mostra a Tabela seguinte.

⁵ Esta observação vale em todos os demonstrativos desta Nota referentes à lei orçamentária de 2007.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2007

Contingenciamento de Despesas do Executivo ⁽¹⁾

(R\$ milhões)

Item de Variação em Relação a Lei	1ª Avaliação				2ª Avaliação		Dec. 6.173/07 (3ª avaliação)		Dec. 6.242/07 (4ª Avaliação)	
	Decreto 6.046/07		Dec 6.076/07		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Valor	%	Valor	%						
Redução da Previsão de Receitas Líquidas	(13.528,7)	82,6	(13.528,7)	85,7	(11.073,4)	70,2	(4.871,6)	87,6	119,1	(2,6)
<i>Receitas Administradas RFB, exceto INSS</i>	(17.768,5)	108,4	(17.768,5)	112,6	(15.056,7)	95,4	(7.463,4)	134,2	(2.481,0)	54,5
<i>Receitas Não Administradas</i>	(4.696,4)	28,7	(4.696,4)	29,8	(5.927,4)	37,6	(4.835,4)	86,9	(3.857,6)	84,7
<i>Arrecadação do INSS</i>	921,1	(5,6)	921,1	(5,8)	1.076,2	(6,8)	1.354,2	(24,3)	2.619,9	(57,5)
<i>Operações com Ativos</i>	1.886,1	(11,5)	1.886,1	(11,9)	1.886,1	(11,9)	1.886,1	(33,9)	868,0	(19,1)
<i>Transferências a Estados e Municípios</i>	6.129,0	(37,4)	6.129,0	(38,8)	6.948,4	(44,0)	4.186,9	(75,3)	2.969,8	(65,2)
Redução da Necessidade de Superávit	2.347,8	(14,3)	2.347,7	(14,9)	2.377,6	(15,1)	9.077,9	(163,2)	9.077,9	(199,3)
<i>Redução do PIB+Redução da Meta Absoluta</i>	391,1	(2,4)	391,0	(2,5)	373,6	(2,4)	373,7	(6,7)	373,7	(8,2)
<i>Aumento do PPI</i>	-	-	-	-	-	-	6.700,2	(120,4)	6.700,2	(147,1)
<i>Aumento da Meta das Estatais Federais</i>	1.956,7	(11,9)	1.956,7	(12,4)	2.004,0	(12,7)	2.004,0	(36,0)	2.004,0	(44,0)
Aumento de Despesas Obrigatórias	(5.205,7)	31,8	(4.602,8)	29,2	(7.088,0)	44,9	(9.769,2)	175,6	(13.751,3)	301,9
<i>Pessoal e Encargos</i>	(255,3)	1,6	(255,3)	1,6	(255,3)	1,6	(255,3)	4,6	(529,8)	11,6
<i>Benefícios Previdenciários</i>	(892,2)	5,4	(892,2)	5,7	(1.175,4)	7,4	(30,9)	0,6	(875,3)	19,2
Demais Despesas Vinculadas ao Mínimo							(1.675,6)	30,1	(2.487,3)	54,6
<i>Legislativo/Judiciário/MPU (+=redução)</i>	(16,2)	0,1	586,8	(3,7)	586,0	(3,7)	152,4	(2,7)	132,9	(2,9)
<i>Créditos Extraordinários</i>	(1.697,7)	10,4	(1.697,7)	10,8	(3.882,9)	24,6	(6.038,3)	108,5	(7.191,3)	157,9
<i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	(2.344,2)	14,3	(2.344,4)	14,9	(2.360,4)	15,0	(1.921,5)	34,5	(2.800,5)	61,5
Contingenciamento do Executivo	(16.386,6)	100,0	(15.783,8)	100,0	(15.783,8)	100,0	(5.562,9)	100,0	(4.554,3)	100,0
Memorando:										
<i>Contingenciamento do Executivo (exceto ampliação do PPI)</i>	(16.386,6)		(15.783,8)		(15.783,8)		(12.263,1)		(11.254,4)	

Fonte: SOF/MPOG; tabelas desta Nota. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Diferenças podem decorrer de arredondamento.

22. No contingenciamento das despesas discricionárias do Executivo no Decreto 6.076/07⁶, a frustração das receitas líquidas respondeu por mais de 85%, caindo para 70% na 2ª Avaliação. A queda na meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social contribuiu para atenuar o corte, no equivalente a 15% do montante contingenciado (R\$ 2,3 bilhões).
23. Na 3ª Avaliação, o contingenciamento de despesas do Executivo reduz-se em R\$ 10,2 bilhões. A mudança no peso dos fatores que explicam o contingenciamento foi considerável, pelo fato de o PPI ter aumentado para quase R\$ 11,3 bilhões. Em relação ao orçamento, as despesas do PPI contribuíram negativamente para (abrandavam) o contingenciamento, no equivalente a 120% do montante contingenciado. Não tivesse aumentado o PPI, a redução do contingenciamento das despesas do Executivo teria sido de apenas R\$ 3,5 bilhões.
24. De outro lado, embora a distância entre previsões de receitas líquidas do orçamento e do Decreto 6.173/07 tenha caído, a diferença entre a previsão oficial dessas receitas e as do orçamento passaram a responder por quase 88% do contingenciamento, dado o peso do aumento do PPI.
25. Apesar de reestimativas oficiais positivas da receita e da ampliação do PPI, o aumento das despesas obrigatórias contribuiu crescentemente para o contingenciamento (32% no Decreto 6.046/0, para 45% na 2ª Avaliação, 175%

⁶ Com a republicação do Decreto 6.076/07, o montante contingenciado de todos os Poderes continuou o mesmo, diminuindo a parte que tocava ao Executivo para R\$ 15,8 bilhões. Nada foi alterado com a 2ª Avaliação.



na 3ª Avaliação, e 300% – 3 vezes o contingenciamento das despesas discricionárias – na 4ª). Nesta etapa, créditos extraordinários abertos e reabertos no exercício são considerados despesas obrigatórias, ainda que não se refiram a itens dessa categoria, conforme definição da LDO.

26. Na 4ª Avaliação, as receitas líquidas praticamente se igualam ao previsto na lei orçamentária. As despesas obrigatórias, contudo, aumentam R\$ 13,8 bilhões, considerando R\$ 7,2 bilhões decorrentes da abertura de créditos extraordinários não relacionados ao PPI⁷. Dado que o PPI aumentou R\$ 6,7 bilhões no exercício, as demais despesas discricionárias previstas na lei orçamentária permanecem contingenciadas em R\$ 11,3 bilhões.

27. O Decreto 6.046, com alterações que se seguiram (Decreto 6.076/07 e sua republicação), limitou a despesa discricionária constante do orçamento em R\$ 16,4 bilhões. A 2ª avaliação bimestral manteve o contingenciamento inalterado. A avaliação do 3º bimestre (Decreto 6.173/07) permitiu o descontingenciamento de R\$ 6,8 bilhões, e a 4ª avaliação liberou mais R\$ 1 bilhão (Decreto 6.246/07).

IV – INVESTIMENTOS, PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E PPI

28. As dotações do PPI e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuam preservadas do contingenciamento.

29. Hoje, no orçamento, estão autorizados (lei + créditos) R\$ 39,5 bilhões de investimento e inversão financeira primária.

30. A próxima Tabela compara o investimento e a inversão financeira primária dos orçamentos fiscal e da seguridade social em 2005-2007, nos 10 primeiros meses do ano, pelo critério do pagamento.

Investimentos Pagos do Governo Federal até Outubro, 2005 -2007⁽¹⁾

(R\$ milhões)

	2005			2006			2007		
	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Total	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Total	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Total
Totais	4.100,6	4.620,2	8.720,8	4.102,7	6.688,6	10.791,3	5.257,0	8.565,2	13.822,3
PPI	584,5	...	584,5	402,5	1.650,7	2.053,2	1.530,1	1.380,9	2.911,0
Memorando: PPI no Ano									
Autorizado		2.820			3.000			11.283	
Pago	1.169,9	989,5	1.893,9	2.883,4

Fonte: Resultado de Tesouro Nacional e Siafi posição de 30/10.

⁽¹⁾ Inclui inversões financeiras primárias (GND 5).

31. Percebe-se que o desembolso com investimentos em 2007 é superior (em 28%) ao verificado no ano anterior, conseqüência, em parte, da tardia aprovação da lei

⁷ Créditos extraordinários do PPI em agosto totalizavam R\$ 3,9 bilhões e estão apropriados nas tabelas desta Nota como despesas discricionárias.



- orçamentária em 2006⁸. Os investimentos enquadrados no PPI representaram desembolso de R\$ 2,9 bilhões nos dez primeiros meses do exercício e não devem chegar perto da autorização anual (R\$ 11,3 bilhões).
32. Até 30 de outubro, dos R\$ 6,7 bilhões de acréscimos do PPI em relação à lei, R\$ 4,1 bilhões haviam sido identificados, dos quais R\$ 4 bilhões decorrentes de créditos extraordinários.
33. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi apresentado em fevereiro corrente, com previsão de R\$ 15,2 bilhões de investimentos em infra-estrutura em 2007, apenas com recursos do orçamento fiscal e da seguridade social. Neste total estavam incluídos R\$ 11,3 bilhões do PPI.
34. No caso do PAC, todos os recursos estão devidamente identificados no Siafi. R\$ 6,7 bilhões provêm de dotações aprovadas na lei e R\$ 8,7 bilhões de créditos extraordinários, que ganham caráter de despesa obrigatória durante a programação financeira.
35. Como pode ser visto na Tabela seguinte, pouco mais de 50% das ações do PAC foram empenhadas até outubro, percentual acima da média no conjunto dos investimentos (38%). Foram pagos quase R\$ 2 bilhões do orçamento corrente (R\$ 1,4 bilhão de PPI). Há ainda R\$ 2,6 bilhões de pagamentos de ações que constavam de orçamentos anteriores, que foram incluídas no Programa.

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2007
Execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) até Outubro
(R\$ milhões)

	Orçamento de 2007			Pago em 2007			% Realizado	
	Dotação Inicial	Autorizado	Empenho	Orçamento 2007	Orç Anteriores	Total Pago	Empenho/ Autorizado	Pago/ Autorizado
Custeio	816,1	889,8	136,9	30,7	190,9	221,6	15,4	24,9
Investimentos	5.901,9	13.528,0	7.149,8	1.556,4	2.345,2	3.901,6	52,9	28,8
Inversões Financeiras	-	805,0	429,1	397,3	23,0	420,3	53,3	52,2
Total	6.718,0	15.222,8	7.715,8	1.984,4	2.559,1	4.543,5	50,7	29,8

Fonte: Siafi, posição de 30/10.

V – CENÁRIO MACROECONÔMICO E PARÂMETROS FISCAIS

36. A tabela do Anexo I compara dados definitivos e projeções do mercado, do Congresso e do Executivo, desde 2005, incluindo a atualização, relativamente a 2007, de preços, juros, crescimento e outros parâmetros do Decreto 6.242/07⁹ (4ª Avaliação). As projeções oficiais mais atuais são relativamente antigas, de meados de julho deste ano, o que prejudica as comparações e as conclusões que se seguem.
37. Estima-se oficialmente o crescimento do PIB de 2007 em 4,7%, a mesma hipótese subjacente à 3ª Avaliação e pouco abaixo do que constou da lei e da

⁸ A lei orçamentária de 2006 só foi sancionada em 16/5/06.

⁹ Foram mantidos na 4ª Avaliação os parâmetros da 3ª Avaliação (Decreto 6.173/07).



- proposta (4,75%). Essa taxa coincide com as projeções dos analistas do mercado e do Banco Central, que constam dos dois últimos Relatórios de Inflação, de junho e setembro. O prognóstico melhorou em relação à 2ª Avaliação orçamentária. Com o PIB crescendo mais rapidamente, a influência na arrecadação é positiva.
38. Apesar de a arrecadação estar se comportando como previsto pelo Congresso, as projeções de variação dos preços da 4ª Avaliação são inferiores às da lei orçamentária.
39. Houve aumento, da lei para os primeiros decretos, das projeções dos índices de preços para 2007. Na 2ª Avaliação, o prognóstico oficial foi de queda do IGP-DI, mais forte do que previa o mercado à época. Essa divergência acentuou-se, pois a expectativa oficial mais recente é de inflação em 2007, medida pelo IGP-DI, de 3,5%, enquanto o mercado espera 5,9% a.a., refletindo aceleração observada nos últimos meses (1,39% e 1,17%, em agosto e setembro, respectivamente, puxado pelo índice de preços no atacado).
40. A previsão de IPCA ponta a ponta na 2ª Avaliação ficou no centro da meta fixada pelo Banco Central (4,5%), quando o mercado estimava menos (3,6%), e também o Bacen¹⁰ (3,5%). A situação agora inverteu-se, e a última previsão oficial, de 3,7%, é inferior à do mercado (3,8%).
41. A expectativa quanto ao câmbio médio vem caindo desde a 1ª Avaliação, de R\$ 2,20, para R\$ 2,05 na 2ª Avaliação e, agora, R\$ 1,98. Isso implica maior valorização do real, em comparação com a previsão do orçamento (R\$ 2,23), embora as receitas dependentes do câmbio estejam superando as previsões. O mercado prevê atualmente valorização ainda maior (R\$ 1,94 em média e R\$ 1,78 no final do ano). As compras de dólares no mercado à vista e as operações de *swap* reverso realizadas pelo Banco Central não têm sido suficientes para impedir a apreciação da moeda estrangeira.
42. A expectativa do Executivo quanto à taxa básica de juros também é de queda. Na 1ª Avaliação, previu Selic média de 12,3% (na lei orçamentária era de 12,8%). Na 2ª Avaliação, foi estimada em 12,1%, e na 4ª Avaliação, em 11,85%. O mercado tem expectativa um pouco superior, de 11,9%, porque entende que o Copom manterá, em sua última reunião anual, a taxa básica em 11,25%, assim como o fez na reunião de outubro.
43. A estimativa de crescimento da massa salarial em 2007 aumenta a cada nova avaliação. Na lei, deveria crescer 10,9%; no primeiro decreto, a expectativa era de 11,2%; na 2ª Avaliação, tinha-se 11,5%; e agora chega-se a 12,2%. Essas mudanças são concordes com salário mínimo mais elevado do que previa a proposta orçamentária, maior formalização dos empregos, e bons reajustes obtidos pelos trabalhadores em negociações coletivas recentes.
44. Todas as alterações para menos citadas acima, sejam por revisão de hipóteses do Executivo, sejam por expectativas do mercado, operam no sentido de frustração das receitas, mas a arrecadação não para de crescer.

¹⁰ Ver Relatório de inflação em <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2007/06/ri200706c6p.pdf>.



45. A exceção mais importante tem sido o aumento expressivo da cotação média do petróleo tipo Brent que, contrabalançando o efeito do câmbio, influencia a arrecadação de *royalties* e participação especial na produção de petróleo e gás. As projeções oficiais, ultrapassadas, não refletiram o aumento recente dos preços do petróleo no mercado internacional, que afeta a arrecadação periodicamente.

VI – DESPESAS

46. A 4ª Avaliação estima despesas R\$ 9,2 bilhões maiores do que as aprovadas na lei orçamentária, conforme Tabela em Anexo II.

47. Despesas obrigatórias superam agora o orçamento em R\$ 13,9 bilhões, devendo-se essa diferença, e o crescimento dessa diferença em relação aos primeiros decretos, na maior parte, a despesas extra-orçamentárias.

48. Houve, em relação à lei, aumento em pessoal, em benefícios previdenciários e em outras despesas obrigatórias vinculadas ao salário mínimo, somando R\$ 3,9 bilhões. A 4ª Avaliação trouxe, em relação ao Decreto anterior, aumento de despesas com benefícios previdenciários, que agora excedem o orçamento em R\$ 875 milhões. Apesar disso, o déficit do INSS cai, em razão de melhor expectativa quanto ao desempenho da arrecadação.

49. O aumento das outras despesas obrigatórias é de R\$ 10 bilhões em relação à lei. Alguns elementos ficaram ausentes da proposta e repercutiram na execução, afetando o limite para empenho e movimentação financeira: créditos extraordinários, fundos da Amazônia e do Nordeste, e fabricação de cédulas e moedas. Esse acréscimo foi compensado parcialmente pela apropriação dos recursos da reserva de contingência decorrente de desonerações já concedidas.

VII – A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO

50. As metas de resultado primário do governo foram sistematicamente superadas até 2005; ao mesmo tempo, crescia o superávit em relação ao PIB, como mostra, para 2004 em diante, a Tabela a seguir.



DÍVIDA LÍQUIDA E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2004-2007
(% do PIB)

	2004	2005	2006	Agosto				Setembro			
				No/Até o mês		12 meses		No/Até o mês		12 meses	
				2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Dívida Líquida⁽¹⁾											
Dívida Líquida Total	46,99	46,45	44,91	45,08	42,98	44,96	43,49
Dívida interna líquida	40,17	44,12	47,59	46,18	51,91	46,29	51,88
Dívida externa líquida	6,82	2,33	(2,67)	(1,10)	(8,93)	(1,33)	(8,40)
Governo Federal e Banco Central	29,53	30,78	30,96	30,75	30,57	30,81	31,00
Governos Regionais	19,03	17,78	16,58	16,71	15,23	16,64	15,21
Empresas Estatais Federais	(1,58)	(2,11)	(2,63)	(2,38)	(2,81)	(2,49)	(2,72)
Necessidades de Financiamento do Setor Público⁽²⁾											
Nominal	2,43	2,96	3,01	2,31	0,98	3,17	2,08	2,42	1,51	3,13	2,29
Governo Central	0,64	2,75	2,43	2,15	1,18	2,87	1,76	2,20	1,44	2,65	1,85
Governo Federal e Banco Central	1,39	3,41	3,21	2,83	1,91	3,57	2,57	2,95	2,17	3,34	2,60
Empresas Estatais Federais	(0,75)	(0,66)	(0,77)	(0,67)	(0,73)	(0,70)	(0,81)	(0,75)	(0,73)	(0,69)	(0,75)
Governos Regionais	1,79	0,21	0,58	0,16	(0,20)	0,30	0,31	0,22	0,07	0,48	0,44
Juros nominais	6,61	7,32	6,89	7,36	6,29	7,18	6,20	7,16	6,41	6,98	6,34
Governo Central	3,80	5,96	5,23	5,93	4,93	5,82	4,60	5,68	4,87	5,44	4,65
Governo Federal e Banco Central	4,09	6,01	5,42	6,11	5,09	5,99	4,78	5,86	5,03	5,62	4,83
Empresas Estatais Federais	(0,29)	(0,05)	(0,19)	(0,18)	(0,16)	(0,17)	(0,17)	(0,18)	(0,16)	(0,18)	(0,18)
Governos Regionais	2,81	1,36	1,66	1,43	1,35	1,36	1,60	1,48	1,54	1,54	1,69
Primário	(4,18)	(4,35)	(3,88)	(5,05)	(5,31)	(4,01)	(4,12)	(4,74)	(4,90)	(3,85)	(4,05)
Governo Central	(3,16)	(3,21)	(2,79)	(3,78)	(3,76)	(2,94)	(2,84)	(3,48)	(3,43)	(2,79)	(2,80)
Governo Federal e Banco Central	(2,70)	(2,60)	(2,21)	(3,28)	(3,18)	(2,42)	(2,20)	(2,91)	(2,86)	(2,28)	(2,22)
Empresas Estatais Federais	(0,46)	(0,61)	(0,58)	(0,49)	(0,58)	(0,53)	(0,63)	(0,57)	(0,57)	(0,51)	(0,58)
Governos Regionais	(1,02)	(1,14)	(1,09)	(1,28)	(1,55)	(1,07)	(1,28)	(1,26)	(1,47)	(1,07)	(1,25)
Memorando:											
PIB Nominal (R\$ milhões)	1.941.498	2.147.944	2.322.818	1.502.712	1.652.086	2.258.482	2.472.192	1.698.493	1.862.944	2.272.546	2.487.269
PIB Valorizado ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	2.036.737	2.158.072	2.376.511			2.292.568	2.549.939			2.312.889	2.576.763
Crescimento real do PIB	5,71	2,94	3,70								

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ PIB dos últimos 12 meses a preços de dezembro. Deflator: IGP centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

⁽²⁾ Valores correntes. Valores negativos correspondem a superávit.

51. Essa tendência parecia ter mudado a partir de 2006¹¹, quanto o resultado caiu, em virtude da nova direção dada à política fiscal. No entanto, o desempenho recente do setor público, como mostram os números de agosto/setembro, parece indicar que os resultados de 2007 outra vez superarão a meta.

52. A meta "cheia" do setor público (i.e., antes do Executivo usar da faculdade de reduzi-la no montante das despesas do PPI efetivamente executadas, em até o equivalente a 0,45% do PIB), está fixada para 2007 em valor absoluto¹² equivalente a 3,8% do PIB na LDO, e os resultados nos 8 e 9 primeiros meses de

¹¹ Ver, a propósito do cumprimento das metas de 2006, Nota Técnica n.º 10, de 2007.

¹² Diz o art.2º da LDO: "A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2007 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado, equivalente a 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do Produto Interno Bruto - PIB, sendo 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,70% (setenta centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei. ... § 1º Poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 11, inciso VI, desta Lei. ... § 2º ..." ... § 10. No caso de haver revisão de metodologia e divulgação de nova série do Produto Interno Bruto - PIB pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as metas previstas no caput poderão ser alteradas para o valor de, no mínimo, R\$ 95.900.000.000,00 (noventa e cinco bilhões e novecentos milhões de reais) para o setor público consolidado, sendo de R\$ 53.000.000.000,00 (cinquenta e três bilhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de R\$ 18.100.000.000,00 (dezoito bilhões e cem milhões de reais) para o Programa de Dispêndios Globais."

A faculdade de redução da meta o valor executado do PPI está no art. 3º: "O superávit a que se refere o art. 2º será reduzido em até R\$ 11.283.000.000,00 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões de reais), para atendimento da programação relativa ao Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, conforme detalhamento constante de anexo específico da Lei Orçamentária de 2007, devidamente atualizado. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007). ... Parágrafo único. O valor de que trata o caput deste artigo poderá ser ampliado até o montante: ... I - dos restos a pagar relativos a despesas cujo identificador de resultado primário seja "3"; e ... II - da parcela adicional a que se refere os §§ 8º e 9º do art. 2º."



2007 foram de 5,3% do PIB e 4,9% do PIB, respectivamente. Nos 12 meses encerrados em setembro, foi de quase 4,1%. Nos 3 casos, esteve acima do resultado de 2006 para o mesmo período.

53. Entretanto, esse bom desempenho consolidado deve-se aos governos regionais, cujos resultados superam os do mesmo período de 2006, qualquer que seja a comparação: por exemplo, em 12 meses encerrados em setembro de 2007, o saldo primário subnacional é de 1,25% do PIB, contra menos de 1,1% em 2006. De outro lado, o governo central, incluindo estatais, estão na mesma situação de 2006 (2,8% do PIB), e pouco abaixo da meta da LDO (equivalente a 2,82% do PIB), e em pior situação nas demais comparações (8 e 9 meses do ano).

54. Regra geral, resultados fiscais elevados têm sido conseguidos com receitas crescentes. O crescimento das receitas orçamentárias, a partir de 2003, está mostrado na Tabela seguinte.

RECEITAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2003-2008

(% do PIB)

Discriminação	Realizado				Estimado				Diferença Projeto de Lei 2008 para 2003 Real	
					2007	Média 2003/2007	2008			
	2003	2004	2005	2006	4ª Aval		Projeto de Lei	Reest Relator	2007 (4ª)	2003 Real
TOTAL DAS RECEITAS PRIMÁRIAS	21,07	21,66	22,85	23,48	24,41	0,84	24,87	25,38	0,46	3,80
Receita Administrada pela RFB ⁽¹⁾	14,28	14,77	15,50	15,46	16,23	0,49	16,35	16,74	0,11	2,07
Arrecadação Líquida do INSS	4,75	4,83	5,05	5,32	5,50	0,19	5,72	5,75	0,23	0,97
Subtotal	19,02	19,60	20,55	20,77	21,73	0,68	22,07	22,50	0,34	3,04
Receitas Não Administradas ⁽²⁾	2,04	2,06	2,30	2,71	2,68	0,16	2,81	2,88	0,12	0,76
TRANSF A ESTADOS E MUNICÍPIOS (-) ⁽³⁾	3,35	3,30	3,74	3,89	4,01	0,16	4,27	4,43	0,26	0,92
RECEITA LÍQUIDA	17,72	18,36	19,11	19,59	20,41	0,67	20,61	20,95	0,20	2,89
<u>Memorando:</u>										
Crescimento real do PIB	1,1	5,7	2,9	3,7	4,7	...	5,0	5,0

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; proposta orçamentária para 2008; 4ª Avaliação Orçamentária; Relatório do relator da Receita. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Exceto receitas previdenciárias. Deduzidos os incentivos fiscais.

⁽²⁾ Inclui operações com ativos.

⁽³⁾ Inclui subsídios aos fundos regionais constitucionais.

55. A expectativa dos economistas do setor público é de que haja novo aumento da carga tributária em 2007 (e 2008). Parte deste fenômeno pode ser constatado no âmbito dos orçamentos federais. As receitas primárias do orçamento em 2007 mostram aumento de 0,9% do PIB em relação a 2006, de acordo com a previsão da 4ª Avaliação Orçamentária. A carga representada pelas receitas atualmente administradas pela Receita Federal do Brasil (incluindo o INSS) deve crescer em 2007 quase 1% do PIB.¹³

¹³ O projeto de lei de orçamento para 2008 significaria novo avanço, de 0,5% do PIB, mas já se sabe que essas estimativas estão ultrapassadas: o relator da receita do projeto de lei de orçamento já admite aumento equivalente a quase 1% do PIB, e de quase 2% do PIB, em relação a 2006. A carga representada pelas receitas atualmente administradas pela Receita Federal do Brasil (incluindo o INSS) deve crescer em 2008, segundo as reestimativas do Relator, 0,8% do PIB em relação a 2007, e 1,7% do PIB em relação a 2006.



56. Os bons resultados primários (compensando em boa parte os juros em regime de competência, ainda altos) e o crescimento do PIB permitiram que o déficit nominal seja menor em 2007.
57. Anualizada, a taxa Selic nominal cai de 15% em 2006 para 12% em 2007. Não obstante, os juros nominais não caem 20%, e sim 15% (dados de agosto), ou 10% (dados de setembro). O ritmo mais lento de queda dos juros calculados sobre a dívida tem sido explicado pela participação elevada de títulos pré-fixados e pelo peso crescente das operações de *swap* reverso no total, pois juros embutem a perda cambial.¹⁴
58. A dívida líquida do setor público encerrou agosto em 43% do PIB projetado (quase de R\$ 1,1 trilhão), e em 43,5% do PIB, em setembro. A expectativa do mercado (Focus) é de que chegue a pouco mais de 43% do PIB em dezembro, e continue caindo moderadamente em 2008 (42%).
59. A dívida pública líquida, em relação ao PIB, segue uma lenta trajetória de queda, com algumas peculiaridades: a dívida das esferas subnacionais vem caindo rapidamente; cresce, com moderação, a dívida do governo central; a dívida das estatais federais é negativa, e sua posição credora continua melhorando; e a dívida pública interna vem se acelerando, em contraposição à posição externa credora. A posição externa credora piorou um pouco em decorrência da queda na cotação do dólar norte-americano.

VIII – TÓPICO ESPECIAL: RELATÓRIO DE RECEITAS

VIII.1 ARRECADAÇÃO NO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2007

60. A Tabela seguinte apresenta, com os dados disponíveis, comparativo entre receita prevista e realizada até agosto e a previsão até dezembro.

¹⁴ Quando da divulgação dos dados fiscais pelo Depec do Banco Central em 25/10, foi informado que as despesas com juros do setor público em setembro (R\$ 15,5 bilhões) foram os maiores da série histórica para meses de setembro. Esse resultado reflete, sobretudo, a valorização na taxa de câmbio, que deprecia os ativos brasileiros em dólar. Entre os destaques na conta de juros ficaram as operações de *swap* cambial reverso, que geraram uma perda de R\$ 2,9 bilhões para os cofres públicos. Nessas operações, o Banco Central é credor em dólar e devedor em juros. A conta de juros fez também com que houvesse o pior déficit nominal para meses de setembro (R\$ 11,9 bilhões). No acumulado do ano, o quadro é melhor. A conta de juros do setor público atingiu o menor nível desde o período de janeiro a setembro de 2004 e o déficit nominal também foi o menor desde 2004. O superávit primário acumulado nos nove primeiros meses do ano foi o melhor da série histórica, que tem início em 1991. Ver também, em <http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos>, Nota Técnica nº 26/07, desta Consultoria, sobre a avaliação das políticas monetária, creditícia e cambial no 1º semestre de 2007, para audiência com o Banco Central.



RECEITAS BRUTAS E LÍQUIDAS, 2007

Comparativo da Meta e Execução Quadrimestral

(R\$ milhões)

	Até II Quadrimestre			Meta até Dezembro	Saldo III Quadrimestre
	Meta ⁽¹⁾	Realizado	Desvio		
RECEITA TOTAL	385.999	396.090	10.091	615.422	219.332
Receita Administrada pela RFB	257.235	267.873	10.638	410.058	142.185
Imposto de Importação	7.895	7.702	(193)	11.791	4.089
IPI	19.589	19.454	(135)	31.333	11.879
Imposto de Renda	90.904	96.220	5.316	145.098	48.878
IOF	4.842	4.994	152	7.714	2.720
COFINS	64.337	66.040	1.703	101.651	35.611
PIS/PASEP	17.065	17.141	76	26.647	9.506
CSLL	20.410	22.268	1.858	32.965	10.697
CPMF	23.293	23.555	262	36.436	12.881
CIDE-combustíveis	5.307	5.216	(91)	8.147	2.931
Outras Administradas pela SRF	3.593	5.283	1.690	8.276	2.993
Arrecadação Líquida do INSS	84.247	85.716	1.469	138.530	52.814
Receitas Não Administradas	44.517	42.501	(2.016)	66.804	24.303
Concessões	n.d.	1.081	n.d.	1.209	128
Dividendos	8.600	5.834	(2.766)	11.559	5.726
Contribuição dos Servidores ao PSSS	n.d.	3.370	n.d.	5.760	2.389
Salário-Educação	n.d.	4.599	n.d.	7.776	3.177
Royalties/Compensações Financeiras	12.685	11.485	(1.200)	16.831	5.347
Demais Receitas	7.448	8.848	1.400	12.875	4.026
Receita Própria (fts 50 & 81)	n.d.	5.939	n.d.	8.806	2.866
FGTS	1.172	1.345	173	1.989	644
Incentivos Fiscais	n.d.	-	n.d.	(838)	(838)
Operações com Ativos	n.d.	-	n.d.	868	868
TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	65.067	66.120	1.053	100.973	34.853
RECEITA LÍQUIDA	320.932	329.970	9.038	514.449	184.479

Fonte: Siafi; Relatórios de cumprimento de metas e relatórios bimestrais de avaliação; SOF. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Em itálico, cálculos dos autores.

61. Nos dois quadrimestres, as receitas brutas foram R\$ 10,1 bilhões maiores do que o previsto, sobretudo em função do comportamento das receitas administradas, liderado pelos tributos sobre os lucros da pessoa jurídica e sobre os rendimentos da pessoa física. A Cofins também surpreendeu e se realizou R\$ 1,7 bilhão acima do esperado.

62. O bom desempenho da RFB mais do que compensou a frustração das receitas não administradas, que foram inferiores ao previsto em R\$ 2,0 bilhões, essencialmente devido a ingresso de dividendos R\$ 2,7 bilhões abaixo da meta, e a R\$ 1,2 bilhão a menos de cota-parte de compensações financeiras. As demais receitas, contrariamente, ficaram R\$ 1,4 bilhão acima do esperado, principalmente pelo recolhimento de mais de R\$ 700 milhões referente à renovação dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

63. Não estão disponíveis informações detalhadas sobre as receitas não administradas para o quadrimestre. A receita realizada, no entanto, foi obtida a partir de pesquisas no Siafi, com pequeno ajuste nas demais receitas.

Comparando-se o resultado com a suposta meta, pode-se chegar às seguintes conclusões: no último quadrimestre, a arrecadação de dividendos terá que ser equivalente ao total arrecadado nos oito primeiros meses, para que a estimativa do ano seja cumprida; a meta para o exercício de receitas de concessões já foi praticamente alcançada; e nada foi arrecadado a título de operações com ativos (venda de bens inservíveis), cuja previsão foi diminuída no decorrer da execução do orçamento.

64. No tocante às receitas brutas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o boletim "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", de setembro¹⁵, mostra que, de janeiro a agosto de 2007, tiveram, em relação ao mesmo período do ano anterior, crescimento nominal de 15,6%.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB

Arrecadação Bruta no Segundo Quadrimestre, 2006 e 2007
(R\$ milhões)

Deflator	2007			2006		Variação (%)		
	Agosto	Julho	Jan-Ago	Agosto	Jan-Ago	Ago-07/ Jul/07	Ago-07/ Ago/06	Jan-Ago/07 Jan-Ago/06
Nominal	47.671	47.797	369.564	40.149	319.647	(0,26)	18,74	15,62
IPCA	47.671	48.022	373.766	41.829	334.134	(0,73)	13,97	11,86
IGPI-DI	47.671	48.462	376.459	42.234	339.531	(1,63)	12,87	10,88

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", setembro de 2007.

65. O Banco Central estima que o PIB nominal tenha aumentado 9,9% no período, em relação aos oito primeiros meses de 2006. A arrecadação, portanto, cresceu 5,2% acima do PIB. Em termos reais, o aumento da arrecadação foi superior ao IPCA acumulado em 11,9%, e ao IGP-DI, em 10,9%.
66. Esses percentuais confirmam que a relação entre as receitas administradas e o PIB continua em alta, tendo atingido 21,4%, o que supera a carga dos primeiros oito meses do exercício passado, que foi de 20,5% do PIB, conforme mostra, por item, a Tabela da página seguinte.

¹⁵ Ver <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2007/Analisemensalago07.pdf>.



RECEITA LÍQUIDA ADMINISTRADA PELA RFB, 2006-2007

Previsão e Arrecadação, Janeiro a Agosto ⁽¹⁾

(R\$ milhões)

RECEITAS	Janeiro a Agosto					
	2006	2007			2006	2007
	Arrecadado	Previsto ⁽¹⁾	Arrecadado	Excesso	% do PIB	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.461	7.895	7.702	(193)	0,43	0,47
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	8	7	41	34	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	17.307	19.589	19.454	(135)	1,15	1,18
IPI - FUMO	1.565	1.603	1.648	45	0,10	0,10
IPI - BEBIDAS	1.601	1.741	1.605	(136)	0,11	0,10
IPI - AUTOMÓVEIS	2.698	3.008	3.179	171	0,18	0,19
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	3.876	5.049	4.796	(253)	0,26	0,29
IPI - OUTROS	7.566	8.188	8.226	38	0,50	0,50
IMPOSTO SOBRE A RENDA	83.829	90.904	96.220	5.316	5,58	5,82
IR - PESSOA FÍSICA	6.532	7.195	9.287	2.092	0,43	0,56
IR - PESSOA JURÍDICA	38.197	41.951	44.405	2.454	2,54	2,69
IR - RETIDO NA FONTE	39.100	41.758	42.529	771	2,60	2,57
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	19.485	21.384	21.617	233	1,30	1,31
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	12.759	12.507	12.911	404	0,85	0,78
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.111	4.724	4.820	96	0,27	0,29
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	2.745	3.146	3.181	35	0,18	0,19
IOF - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.331	4.842	4.994	152	0,29	0,30
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	65	71	70	(1)	0,00	0,00
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	20.475	23.293	23.555	262	1,36	1,43
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	58.145	64.337	66.041	1.704	3,87	4,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	15.595	17.065	17.141	76	1,04	1,04
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	18.871	20.410	22.268	1.858	1,26	1,35
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5.055	5.307	5.216	(91)	0,34	0,32
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	213	236	237	1	0,01	0,01
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.592	3.279	4.935	1.656	0,17	0,30
SUBTOTAL	232.947	257.235	267.873	10.638	15,50	16,22
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO INSS	74.980	84.233	85.716	1.483	4,99	5,19
RECEITA ADMINISTRADA	307.928	341.468	353.589	12.121	20,49	21,40

Fonte : RFB/MF, INSS, SOF/MPO. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Refere-se à previsão do Poder Executivo no Decreto 6.046/07.

67. Comparando-se o previsto (Decreto 6.046/07)¹⁶ com o realizado, apura-se excesso de R\$ 12,1 bilhões, liderado pelos tributos sobre lucros da pessoa jurídica (IRPJ, com R\$ 2,5 bilhões e CSLL, com R\$ 1,9 bilhão), e imposto de renda da pessoa física (IRPF, R\$ 2,1 bilhões). A Cofins também surpreendeu e ficou R\$ 1,7 bilhão acima do projetado, o que pode estar relacionado à superestimativa do efeito das desonerações concedidas deste tributo.

68. A Tabela seguinte mostra como evoluíram os itens das receitas administradas pela RFB no quadrimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Líquidas de restituições (ótica do orçamento), as receitas administradas apresentaram crescimento nominal de 14,8%.

¹⁶ De fato, quando o Decreto foi editado (22/02), a arrecadação do 1º bimestre já era em grande parte conhecida.



RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB
Arrecadação Bruta e Líquida no Primeiro Quadrimestre, 2006-2007
(R\$ milhões)

RECEITAS	Arrecadação Bruta			Arrecadação Líquida ⁽¹⁾		
	2007	2006	Variação (%)	2007	2006	Variação (%)
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	7.723	6.511	18,6	7.702	6.461	19,2
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	8	8	7,7	41	8	433,7
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	20.693	17.515	18,1	19.454	17.307	12,4
IPI-FUMO	1.648	1.565	5,3	1.648	1.565	5,3
IPI-BEBIDAS	1.599	1.600	(0,0)	1.605	1.601	0,2
IPI-AUTOMÓVEIS	3.159	2.696	17,2	3.179	2.698	17,8
IPI-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	4.803	3.859	24,5	4.796	3.876	23,7
IPI-OUTROS	9.483	7.796	21,6	8.226	7.566	8,7
IMPOSTO SOBRE A RENDA	102.165	87.677	16,5	96.220	83.829	14,8
IMPOSTO DE RENDA-PESSOA FÍSICA	9.232	6.553	40,9	9.287	6.532	42,2
IMPOSTO DE RENDA-PESSOA JURÍDICA	45.913	38.441	19,4	44.405	38.197	16,3
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	47.021	42.683	10,2	42.529	39.100	8,8
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	26.285	22.989	14,3	21.617	19.485	10,9
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	12.755	12.770	(0,1)	12.911	12.759	1,2
IRRF-REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.786	4.145	15,5	4.820	4.111	17,2
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	3.195	2.779	15,0	3.181	2.745	15,9
IOF - IMP. SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.979	4.330	15,0	4.994	4.331	15,3
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	72	66	8,8	70	65	7,5
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	23.523	20.469	14,9	23.555	20.475	15,0
COFINS - CONTRIB. PARA A SEGURIDADE SOCIAL	65.135	58.653	11,1	66.041	58.145	13,6
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	17.136	15.580	10,0	17.141	15.595	9,9
CSLL - CONTRIB. SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	22.471	18.899	18,9	22.268	18.871	18,0
CIDE-COMBUSTÍVEIS	5.214	5.055	3,1	5.216	5.055	3,2
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	237	213	11,5	237	213	11,5
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	5.245	2.822	85,9	4.935	2.592	90,4
SUBTOTAL	274.601	237.798	15,5	267.873	232.947	15,0
ARRECADAÇÃO DO INSS	94.963	81.849	16,0	85.716	74.980	14,3
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	369.564	319.647	15,6	353.589	307.928	14,8

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil.

⁽¹⁾ Líquida de restituições. Não estão deduzidos os incentivos fiscais.

69. Até agosto de 2007, o excelente desempenho da receita administrada bruta, em comparação com igual período de 2006, tem sido explicado pela RFB¹⁷ da seguinte forma:

- os tributos vinculados à importação, em decorrência da elevação do volume de importações (aumento do valor em dólares das importações tributadas de 28%) e das alíquotas médias do impostos incidentes sobre importações (de 5% no imposto de importação e de quase 11% do IPI vinculado), o que foi parcialmente compensado pela redução de 8% da taxa média de câmbio;
- o imposto de renda das pessoas físicas, sendo (b.1) IRPF, devido aos ganhos de capital crescentes na alienação de bens, incluindo operações com imóveis; ganhos líquidos de operações em bolsa de valores, acompanhando o volume de

¹⁷ Ver, por exemplo, <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2007/Analismensalago07.pdf>.

- negócios na Bovespa; e elevados depósitos judiciais. Destaque-se o efeito de maior fiscalização direta ou indireta, mediante alterações legislativas para impedir a evasão, como o imposto rastreador na fonte sobre ganhos com ações; a instituição de controles mediante a DOI e a DIMOB, para a prestação de informações por administradores de imóveis; a obrigatoriedade de declarar o CPF de dependentes e seus rendimentos etc); (b.2) IRRF-Trabalho, atribuído ao aumento da massa salarial, apesar do reajuste de 4,5% na tabela da fonte;
- (c) os tributos sobre os lucros das empresas (IRPJ e CSLL), por maior arrecadação na declaração de ajuste; aumento de lucros de 37% no primeiro semestre de 2007; maior volume de depósitos administrativos e judiciais; recuperação de débitos em atraso; e retomada de recolhimento regular por parte de empresas do setor financeiro. Os setores cujo desempenho se destacou foram serviços financeiros, fabricação de veículos, telecomunicações, seguros, previdência complementar e planos de saúde e eletricidade;
- (d) tributos ligados à atividade econômica, em particular vendas da indústria, e ao crédito, porque houve altas substanciais (d.1) na arrecadação do IPI sobre automóveis (aumento das vendas no mercado interno, em mais de 22%); (d.2) na arrecadação do IPI-Outros (não inclui fumo nem bebidas ou importações), por conta da metalurgia, produtos químicos, máquinas e equipamentos e caminhões e ônibus; (d.3) nas receitas da CPMF e do IOF, refletindo volumes crescentes de crédito, incluindo *leasings* para pessoas físicas; e (d.4) na arrecadação da Cofins, acompanhando em parte as vendas de automóveis;
- (e) outras receitas administradas, devido a maiores depósitos judiciais (quase sextuplicaram em relação ao ano passado); maiores receitas de loterias; e recuperação de débitos de exercícios anteriores ao amparo da MP 303/06; e
- (f) receita previdenciária, em decorrência da elevação da massa salarial e da formalização do emprego.
70. Apenas a arrecadação do IRRF sobre rendimentos de capital tem apresentado queda nominal, refletindo a redução da taxa básica de juros de 2006 para 2007 (8 primeiros meses).

VIII.2 ARRECAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2007

71. No Decreto 6.046/07, o Executivo esperava arrecadar neste exercício R\$ 598,6 bilhões. Descontadas as transferências a estados e municípios, a receita esperada era de R\$ 500,8 bilhões, conforme Tabela seguinte.



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2003-2007

Receitas Primárias Brutas e Líquidas

Discriminação	Realizado				2007							
	2003	2004	2005	2006	Lei	Decreto 6.046/6.076	2ª Avaliação Orçamentária	Decreto 6.173/07 3ª Avaliação		Decreto 6.242/07 4ª Avaliação		
	% PIB				R\$ milhões		R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	23,01	23,81	25,33	26,41	618.272,4	598.614,7	600.250,5	23,82	609.213,9	24,17	615.421,6	24,41
Receita Administrada pela SRF	15,61	16,23	17,19	17,39	412.572,6	394.770,0	397.481,9	15,77	405.075,2	16,07	410.057,5	16,27
Arrecadação Líquida do INSS	5,19	5,31	5,60	5,98	135.910,2	136.831,3	136.986,3	5,44	137.264,4	5,45	138.530,0	5,50
Receitas Não Administradas	2,23	2,26	2,54	3,05	70.661,3	65.965,0	64.733,9	2,57	65.825,9	2,61	66.803,8	2,65
Incentivos Fiscais	(0,01)	0,00	(0,00)	0,00	(871,8)	(837,7)	(837,7)	(0,03)	(837,7)	(0,03)	(837,7)	(0,03)
Operações com Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	1.886,1	1.886,1	0,07	1.886,1	0,07	868,0	0,03
TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3,66	3,62	4,15	4,37	103.942,4	97.813,4	96.994,0	3,85	99.755,6	3,96	100.972,6	4,01
RECEITA LÍQUIDA	19,36	20,18	21,18	22,04	514.329,9	500.801,3	503.256,5	19,97	509.458,3	20,21	514.449,0	20,41

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF). Elaboração dos autores.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2003-2007

Receitas Primárias Brutas e Líquidas (cont.)

(R\$ milhões)

Discriminação	Variações do Decreto 6.242/07 em Relação a			
	Realizado 2006	Orçamento 2007	Decreto 6.046/07	Decreto 6.173/07
RECEITA TOTAL	70.007,1	(2.850,7)	16.806,9	6.207,7
Receita Administrada pela SRF	51.051,7	(2.515,1)	15.287,5	4.982,4
Arrecadação Líquida do INSS	15.009,8	2.619,9	1.698,8	1.265,7
Receitas Não Administradas	3.915,2	(3.857,6)	838,8	977,8
Incentivos Fiscais	(837,7)	34,1	-	-
Operações com Ativos	868,0	868,0	(1.018,1)	(1.018,1)
TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.679,7	(2.969,8)	3.159,2	1.217,0
RECEITA LÍQUIDA	59.327,4	119,1	13.647,7	4.990,7

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPO) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF). Elaboração dos autores.

72. Naquele Decreto, a receita líquida estava R\$ 13,5 bilhões abaixo do constante da lei.

73. A 4ª Avaliação modificou muito o quadro: em relação ao Decreto inicial acrescentou R\$ 13,6 bilhões à expectativa de receita líquida e agora, em relação à lei, já sinaliza excesso de R\$ 119 milhões.



74. A 4ª Avaliação acrescentou à previsão de arrecadação da RFB para o exercício de 2007 todo o excesso de arrecadação apurado até o 2º quadrimestre e ainda esperam-se ganhos extras de R\$ 5,7 bilhões no último quadrimestre, conforme a próxima Tabela.

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB, 2007

Diferenças entre Receita Realizada e Prevista no II Quadrimestre e no Exercício
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	Excesso de Arrecadação	Diferenças entre Decreto 6.242 e Decreto 6.046	Diferença no III Quadrimestre
	Jan-Ago	Exercício	
TOTAL DAS RECEITAS DA RFB	12.121	17.826	5.705
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	(193)	(473)	(280)
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	34	33	(1)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	(135)	259	395
IPI - FUMO	45	279	233
IPI - BEBIDAS	(136)	(137)	(1)
IPI - AUTOMÓVEIS	171	499	328
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	(253)	(433)	(180)
IPI - OUTROS	38	52	15
IMPOSTO SOBRE A RENDA	5.316	8.345	3.029
IR - PESSOA FÍSICA	2.092	2.531	440
IR - PESSOA JURÍDICA	2.454	5.017	2.563
IR - RETIDO NA FONTE	771	797	26
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	233	332	99
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	404	490	86
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	96	(39)	(135)
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	35	13	(22)
IOF - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	152	176	24
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	(1)	(4)	(2)
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	262	190	(72)
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	1.704	1.988	284
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	76	347	271
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	1.858	3.019	1.161
CIDE - COMBUSTÍVEIS	(91)	(36)	55
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	1	0	(1)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.656	2.282	626
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO INSS	1.483	1.699	217

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

75. O ganho esperado no último quadrimestre, em relação ao 1º Decreto, concentra-se no IRPJ e na CSLL. No caso do IRPJ, espera-se ganho de R\$ 2,6 bilhões, mesmo montante do excesso apurado no período de janeiro a agosto. Para a CSLL, o ganho esperado é de R\$ 1,2 bilhão. No entanto, para os dois tributos



houve frustração (R\$ 1 bilhão) no mês de setembro, como será visto três tabelas à frente.

76. No total da arrecadação administrada para os quatro meses seguintes, está a previsão de R\$ 3,9 bilhões de receitas atípicas, das quais R\$ 1,2 bilhão no imposto de renda, R\$ 961 milhões na Cofins e R\$ 482 milhões na CSLL. A Tabela abaixo mostra a evolução da receita administrada pela RFB desde 2004.

RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2004 A 2007

Discriminação	Realizado			2007								Variações do Decreto 6.242/07 em Relação			
	2004	2005	2006	Orçamento	Decretos 6.046/6.076/07	2ª Avaliação		Decreto 6.173/07 (3ª Avaliação)		Decreto 6.242/07 (4ª Avaliação)		Realizado 2006	Lei	Decreto 6.046/6.076	Decreto 6.173
	% PIB			R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões			
TOTAL DAS RECEITAS DA RFB	21,54	22,78	26,12	547.611,0	530.763,6	533.630,5	21,18	541.501,8	21,48	547.749,9	21,73	65.223,9	138,8	16.986,2	6.248,0
Imposto de Importação	0,52	0,47	0,48	12.243,9	12.264,3	12.126,6	0,48	11.628,7	0,46	11.791,2	0,47	1.817,4	(452,6)	(473,1)	162,5
IPI	1,21	1,26	1,36	30.851,8	31.073,7	30.729,8	1,22	31.362,6	1,24	31.333,5	1,24	2.917,5	481,7	259,8	-29,1
Imposto de Renda	5,21	5,95	6,07	150.533,7	137.591,0	138.827,6	5,51	142.776,6	5,66	145.098,2	5,76	18.391,8	(5.435,6)	7.507,2	2.321,6
IOF	0,30	0,31	0,32	7.595,3	7.537,7	7.582,6	0,30	7.622,7	0,30	7.714,0	0,31	930,0	118,6	176,3	91,3
COFINS	4,46	4,47	4,32	103.367,6	99.663,5	100.586,2	3,99	101.213,8	4,02	101.650,5	4,03	11.409,5	(1.717,1)	1.987,0	436,7
PIS/PASEP	1,12	1,11	1,15	26.775,0	26.300,4	26.543,0	1,05	26.593,9	1,05	26.646,6	1,06	2.680,8	(128,4)	346,2	52,8
CSLL	1,13	1,33	1,34	31.928,1	29.946,1	30.717,8	1,22	31.860,1	1,26	32.964,9	1,31	4.973,9	1.036,8	3.018,8	1.104,8
CPMF	1,50	1,50	1,54	36.023,9	36.245,6	36.047,7	1,43	36.214,2	1,44	36.435,9	1,45	4.348,4	412,0	190,3	221,7
CIDE-combustíveis	0,43	0,40	0,37	8.260,8	8.183,5	8.138,2	0,32	8.167,5	0,32	8.146,8	0,32	330,0	(114,0)	(36,6)	(20,7)
Outras Administradas pela SRF	0,21	0,23	0,24	4.992,4	5.964,3	6.182,3	0,25	7.635,1	0,30	8.275,8	0,33	3.252,4	3.283,5	2.311,5	640,8
PAES	0,16	0,16	0,00	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Arrecadação Líquida do INSS	5,31	5,60	5,92	135.910,2	136.831,3	136.986,3	5,44	137.264,4	5,45	138.530,0	5,50	15.009,8	2.619,9	1.698,8	1.265,7
Incentivos Fiscais	0,00	0,00	3,01	(871,8)	(837,7)	(837,7)	(0,03)	(837,7)	(0,03)	(837,7)	(0,03)	(837,7)	34,1	0,0	0,0

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal.

77. No tocante às receitas não-administradas, a 4ª Avaliação praticamente manteve a estimativa dos decretos anteriores. Em relação à lei, espera-se arrecadação R\$ 3 bilhões menor, conforme a Tabela seguinte.

RECEITA NÃO ADMINISTRADA, 2004 A 2007

Discriminação	Realizado			2007								Variações do Decreto 6.242/07 em Relação			
	2004	2005	2006	Orçamento	Decretos 6.046/6.076/07	2ª Avaliação		Decreto 6.173/07 (3ª Avaliação)		Decreto 6.242/07 (4ª Avaliação)		Realizado 2006	Lei	Decreto 6.046/6.076	Decreto 6.173
	% PIB			R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões			
TOTAL DAS DEMAIS RECEITAS	2,26	2,54	3,05	70.661,3	67.851,1	66.620,0	2,64	67.712,0	2,69	67.671,7	2,68	4.783,2	(2.989,6)	(179,3)	(40,3)
Concessões	0,07	0,04	0,05	2.643,9	1.687,7	1.207,7	0,05	1.233,6	0,05	1.208,7	0,05	224,0	(1.435,2)	(479,0)	(24,9)
Dividendos	0,24	0,25	0,47	10.414,3	11.559,4	11.559,4	0,46	11.559,4	0,46	11.559,4	0,46	1.819,0	1.145,1	0,0	0,0
Contribuição dos Servidores ao PSSS	0,16	0,22	0,24	6.725,2	5.902,4	5.746,5	0,23	5.729,2	0,23	5.759,9	0,23	852,0	(965,3)	(142,5)	30,6
Salário-Educação	0,27	0,30	0,34	7.735,0	7.704,0	7.520,9	0,30	7.846,1	0,31	7.775,6	0,31	849,1	40,6	71,6	(70,5)
Royalties/Compensações Financeiras	0,69	0,78	0,90	20.692,6	18.411,3	16.606,9	0,66	16.697,1	0,66	16.831,4	0,67	(1.764,0)	(3.861,2)	(1.579,9)	134,2
Demais Receitas	0,43	0,48	0,57	12.490,5	11.294,5	12.306,1	0,49	12.205,4	0,48	12.874,5	0,51	1.100,9	384,1	1.580,0	669,2
Receita Própria (fts 50 & 81)	0,31	0,33	0,34	8.286,4	7.732,3	7.798,5	0,31	8.567,1	0,34	8.805,5	0,35	1.703,4	519,1	1.073,3	238,5
FGTS	0,09	0,15	0,14	1.673,5	1.673,5	1.988,0	0,08	1.988,0	0,08	1.988,8	0,08	(869,2)	315,4	315,4	0,8
Operações com Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.886,1	1.886,1	0,07	1.886,1	0,07	868,0	0,03	868,0	868,0	(1.018,1)	(1.018,1)

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal.

78. As compensações financeiras tiveram suas previsões reduzidas em R\$ 3,9 bilhões, (18,7% em relação à lei), a despeito da cotação média preço do barril de petróleo ser a mesma US\$ 67,5). A cotação média da moeda norte americana para 2007, por outro lado, está estimada em R\$1,98, ao passo que na lei era de R\$ 2,23 (queda de 11%).



79. As receitas de concessões caem R\$ 1,4 bilhão em virtude da suspensão da 8ª rodada de licitação dos blocos para exploração de petróleo e gás natural e da expectativa de os recursos da 9ª rodada não ingressem neste exercício. O corte só não foi maior em virtude de ingresso extraordinário de receitas de outorga de telecomunicações.
80. A previsão de receita de operação com ativos, decorrente da venda de bens inservíveis, foi reduzida em R\$ 1 bilhão em relação ao esperado no 1º Decreto. Até o mês de agosto, nada foi arrecadado a este título.

VIII.3 ARRECAÇÃO ADMINISTRADA PELA RFB PREVISTA E REALIZADA NO MÊS DE SETEMBRO DE 2007

81. A RFB divulgou a arrecadação das receitas administradas de setembro e a Tabela seguinte compara o realizado com o previsto na 4ª avaliação bimestral para o referido mês.
82. De modo geral, a arrecadação comportou-se conforme o previsto, apresentando diferença de apenas R\$ 202 milhões. Os impostos vinculados à importação continuam surpreendendo tendo, juntos, excedido em quase R\$ 190 milhões a previsão. Os impostos sobre os lucros das empresas (IRPJ e CSLL), por outro lado, ficaram mais de R\$ 1 bilhão aquém da estimativa, o que poderá ensejar na próxima avaliação bimestral redução de sua estimativa.



RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SETEMBRO DE 2007

(R\$ milhões)

Receitas	Prevista	Realizada	Diferença
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	935	1.035	100
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	1	1	0
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.805	3.002	197
IPI - FUMO	258	287	29
IPI - BEBIDAS	219	218	(1)
IPI - AUTOMÓVEIS	473	546	73
IPI - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	597	685	88
IPI - OUTROS	1.257	1.265	8
IMPOSTO SOBRE A RENDA	10.453	9.766	(688)
IR - PESSOA FÍSICA	946	979	33
IR - PESSOA JURÍDICA	5.190	4.316	(873)
IR - RETIDO NA FONTE	4.317	4.471	153
IRRF - RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.357	2.433	77
IRRF - RENDIMENTOS DO CAPITAL	804	1.040	236
IRRF - REMESSAS PARA O EXTERIOR	665	552	(112)
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	492	445	(48)
IOF - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	694	684	(10)
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	195	201	7
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	3.236	3.131	(105)
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	9.030	9.178	148
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	2.393	2.306	(87)
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	2.646	2.506	(140)
CIDE - COMBUSTÍVEIS	746	695	(51)
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	37	27	(10)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	647	1.083	436
RECEITAS DE LOTERIAS	159	181	22
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	51	56	6
DEMAIS	437	846	409
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	33.819	33.617	(202)

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil. Elaboração dos autores.

83.A surpresa do mês de setembro ficou por conta das outras receitas administradas, que se realizaram mais R\$ 400 milhões acima do previsto, em virtude de arrecadação de depósitos judiciais, por empresas do setor de metalurgia.

IX – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO NO QUADRIMESTRE

84.A Dívida Pública Federal (DPF), no 2º quadrimestre, atingiu R\$ 1.323,3 bilhões, com aumento de R\$ 27,5 bilhões em relação ao 1º quadrimestre e de R\$ 76,5 bilhões no ano, como mostra a Tabela abaixo.



DIVIDA PUBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL EM MERCADO, 2007

Varição no Quadrimestre em Relação ao Quadrimestre Anterior e no Ano

(R\$ milhões)

Fatores de variação	Quadrimestres		Ano
	1º	2º	
ESTOQUE EM 31/DEZ/06	1.221.107
<i>DPMFi</i>	1.077.652
<i>DPFe</i>	143.455
ESTOQUE EM 31/AGO/07	1.323.282
<i>DPMFi</i>	1.174.403
<i>TDA e Dívida Securitizada/ 1</i>	25.692	...	25.692
<i>DPFe</i>	123.187
Varição Nominal	48.939	27.545	76.484
<i>DPMFi</i>	57.921	38.830	96.751
<i>DPFe</i>	(8.982)	(11.286)	(20.268)
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	48.939	27.545	76.484
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	5.134	(20.948)	(15.814)
I.1.1 - Emissões	154.407	111.861	266.268
<i>DPMFi</i>	149.279	110.038	259.317
Oferta Pública / 2	146.265	108.822	255.087
Diretas / 3	3.014	1.216	4.230
<i>DPFe</i>	5.128	1.823	6.951
Soberanas / 4	5.128	1.823	6.951
I.1.2 - Resgates	(149.273)	(132.809)	(282.082)
<i>DPMFi</i>	(137.144)	(120.513)	(257.657)
Pagamentos Correntes / 5	(137.144)	(120.513)	(257.657)
<i>DPFe</i>	(12.129)	(12.296)	(24.425)
Pagamentos Correntes / 6	(10.013)	(6.437)	(16.450)
Resgates Antecipados	(2.116)	(5.859)	(7.975)
Programa de Recompra de Títulos / 7	(2.116)	(5.859)	(7.975)
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	43.804	48.493	92.297
<i>DPMFi</i> / 8	45.785	49.305	95.090
<i>DPFe</i>	(1.981)	(812)	(2.793)
Juros / 9	4.215	3.409	7.624
<i>Varição Cambial</i> / 10	(6.196)	(4.221)	(10.417)

Fonte: Relatório, Secretaria do Tesouro Nacional STN/MF. Elaboração dos autores.

/ 1 Foi incorporado ao saldo da DPMFi o estoque de TDA e da dívida securitizada.

/ 2 Emissões de títulos de DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permuta de títulos nem os cancelamentos.

/ 3 Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei e às emissões sem contrapartida financeira, para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES, PND, PESA e FCVS.

/ 4 Corresponde às emissões de bônus no mercado externo e aos ingressos de contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito.

/ 5 Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

/ 6 Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

/ 7 Programa de recompra antecipada da DPFe.

/ 8 Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

/ 9 Saldo dos juros apurados por competência no período.

/ 10 Demonstra o efeito da apreciação/depreciação do dólar e demais moedas subjacentes à DPFe em relação ao real.



85. A dívida pública mobiliária federal interna - DPMFi cresceu R\$ 38,8 bilhões no 2º quadrimestre, perfazendo aumento de R\$ 96,7 bilhões no ano. O montante total da DPMFi, R\$ 1.200,1 bilhões, decorreu deste aumento e da incorporação do estoque de TDA e da dívida securitizada, R\$ 25,7 bilhões, ao saldo anterior de R\$ 1.077,7 bilhões, existente em 31.12.2006.
86. A dívida pública federal externa - DPFe diminuiu R\$ 20,3 bilhões no ano, sendo R\$ 11,3 bilhões no 2º quadrimestre. Passou de R\$ 143,5 bilhões em 31/12/06, para R\$ 123,2 bilhões em 31/08/07.
87. O aumento da DPMFi decorreu quase que integralmente da apropriação de R\$ 95,1 bilhões de juros (R\$ 49,3 bilhões e R\$ 45,8 bilhões no 2º e no 1º quadrimestres, respectivamente). A emissão líquida, por oferta pública e por colocação direta, foi de apenas R\$ 1,6 bilhão, em excesso aos pagamentos de amortizações e juros (no 1º quadrimestre houve emissão líquida de R\$ 12,1 bilhões e, no 2º, resgate líquido de R\$ 10,5 bilhões).
88. A redução da DPFe se deveu a resgates líquidos de R\$ 17,5 bilhões (R\$ 24,4 contra R\$ 6,9 bilhões), em excesso às emissões, e à variação cambial, que excedeu os juros apropriados por competência em R\$ 2,8 bilhões (R\$ 10,4 bilhões contra R\$ 7,6 bilhões).
89. A participação da DPFe no total da dívida pública, que era de 11,7% em dezembro de 2006, caiu para 9,3% ao final do 2º quadrimestre.
90. No tocante à DPMFi, os resultados esperados, ao final de 2007, se traduzem quantitativamente nos limites inferiores e superiores apresentados na Tabela abaixo, que traz também os valores alcançados ao final do 2º quadrimestre.

RESULTADOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA - DPMFi

Indicadores	dez/06	PAF-2007		ago/07
		Mínimo	Máximo	
Estoque em Mercado (R\$ bilhões)	1.077,7 ⁽¹⁾	1230	1300	1.200,1 ⁽²⁾
Prazo Médio (meses)	31,1	32	36	35,3
% vincendo em 12 meses	35,7	29	33	34,1
Composição do Estoque				
Prefixado (%)	36,1	37	43	36,4
Índice de Preços (%)	22,5	23	27	24,9
Selic (%)	37,8	29	36	35,3
Câmbio (%)	1,3	1	2	1,1
TR e outros (%)	2,2	2	4	2,3

Fonte: Plano Anual de Financiamento 2007 - PAF2007/STN; Relatório de Avaliação - Meta Fiscal Quadrimestral 1º Quadrimestre de 2007/STN; Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Abril 2007/STN.

⁽¹⁾ Valor constante do Relatório de Avaliação do 1º Quadrimestre de 2007. No PAF2007 constam R\$ 1.093,5 bilhões e no Relatório de Avaliação do Exercício de 2006 constam R\$ 1.101,0 bilhões.

⁽²⁾ Valor constante do Relatório de Avaliação do 2º Quadrimestre de 2007. No Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Agosto 2007/STN e na Nota para a Imprensa de 25.10.2007 - Política Fiscal/Bacen constam R\$ 1.189,1 bilhões. Demais indicadores de agosto/07 correspondem a esse valor.

91. Observa-se que na composição da dívida houve avanços com a redução na participação dos títulos selicados e com o aumento da parcela daqueles

indexados a preços, que já se enquadram no intervalo previsto no PAF. Entretanto, o ganho na participação dos títulos prefixados foi pequeno.

92. Com relação ao alongamento do perfil da dívida, o prazo médio aumentou 4,2 meses, se aproximando do limite superior do PAF-2007. O percentual vincendo em 12 meses melhorou 1,6 p.p., mas ainda não foi alcançado o limite máximo pretendido. Contudo, cabe observar que o PAF traz propostas a serem alcançadas até o final do exercício.
93. Embora as Operações de Mercado Aberto do Banco Central não componham as estatísticas da DPMFi, é digno de nota o aumento do seu montante. Em dezembro de 2006, somavam R\$ 60,0 bilhões, como pode ser visto na Tabela seguinte. Em agosto de 2007, atingiam R\$ 184,6 bilhões, e no final de setembro eram de R\$ 176,1 bilhões, praticamente triplicando em nove meses e representando 12,8% da dívida mobiliária federal interna.

Composição da DPMFi em Poder do Público por Tipo de Rentabilidade - Com Swap e Somada às Operações de Mercado Aberto
(R\$ bilhões)

Mês	Prefixada	Taxa Selic	Índice de Preços		Câmbio			TR	Outros	Operações de Mercado Aberto			Total								
					Títulos	Swap	Soma			Até 1 mês	+1 mês	Soma									
Dezembro/99	39,75	9,06%	251,68	57,36%	24,63	5,61%	100,71	22,95%	-	0,00%	100,71	22,95%	23,97	5,46%	0,67	0,15%	(2,60)	-	-2,60	-0,59%	438,80
Dezembro/00	75,40	14,88%	266,81	52,66%	30,32	5,98%	113,74	22,45%	-	0,00%	113,74	22,45%	24,07	4,75%	0,36	0,07%	(7,86)	3,87	-3,99	-0,79%	506,71
Dezembro/01	48,79	8,06%	329,46	54,42%	43,63	7,21%	178,58	29,50%	-	0,00%	178,58	29,50%	23,52	3,88%	0,10	0,02%	(19,01)	0,36	-18,65	-3,08%	605,43
Dezembro/02	13,66	1,99%	287,97	41,90%	78,17	11,37%	139,47	20,29%	91,10	13,25%	230,57	33,55%	12,78	1,86%	0,05	0,01%	64,00	0,11	64,11	9,33%	687,30
Dezembro/03	91,53	11,63%	366,31	46,54%	99,07	12,59%	78,67	9,99%	82,72	10,51%	161,39	20,50%	13,09	1,66%	0,03	0,00%	43,74	11,97	55,71	7,08%	787,14
Dezembro/04	162,76	18,98%	424,68	49,53%	120,71	14,08%	41,74	4,87%	38,31	4,47%	80,05	9,34%	22,04	2,57%	0,02	0,00%	7,80	39,41	47,21	5,51%	857,47
Dezembro/05	272,90	27,22%	522,16	52,08%	152,19	15,18%	26,41	2,63%	(15,00)	-1,50%	11,40	1,14%	21,01	2,10%	0,01	0,00%	(24,43)	47,29	22,86	2,28%	1.002,53
Dezembro/06	395,04	34,25%	439,88	38,13%	246,43	21,36%	14,17	1,23%	(26,22)	-2,27%	(12,05)	-1,04%	24,19	2,10%	0,00	0,00%	5,80	54,23	60,03	5,20%	1.153,53
Abril/07	416,54	32,87%	453,61	35,80%	268,52	21,19%	15,43	1,22%	(29,34)	-2,32%	(13,91)	-1,10%	26,71	2,11%	0,00	0,00%	43,14	72,56	115,70	9,13%	1.267,16
Agosto/07	433,22	31,54%	462,97	33,70%	295,47	21,51%	12,97	0,94%	(43,09)	-3,14%	(30,12)	-2,19%	27,55	2,01%	0,00	0,00%	85,66	98,91	184,57	13,44%	1.373,66
Setembro/07	442,42	32,13%	450,83	32,74%	308,10	22,38%	12,21	0,89%	(39,83)	-2,89%	(27,62)	-2,01%	27,11	1,97%	0,00	0,00%	7,56	168,52	176,08	12,79%	1.376,92

Fonte: Relatório da Dívida Pública Federal - Setembro 2007 / Tesouro Nacional.

94. O aumento dessas operações coincide com a atuação do Banco Central no mercado cambial e com a acumulação de reservas, com o "enxugamento" da liquidez monetária resultante da conversão em reais de moedas estrangeiras.
95. É oportuno também questionar se o aumento do volume das Operações de Mercado Aberto, além do custo fiscal incorrido¹⁸, não estaria prejudicando a estratégia de alongamento do perfil da dívida. As operações são de curto prazo e podem estar competindo com títulos de maior duração ofertados pelo Tesouro Nacional.

¹⁸ As reservas internacionais têm rentabilidade inferior à taxa paga pelos títulos públicos federais, referência das operações compromissadas.



ANEXOS

VARIÁVEIS ECONÔMICO-FISCAIS SELECIONADAS, 2005 A 2008 ⁽¹⁾

	Realizado		2007							2008		
	2005	2006 ⁽²⁾	LDO 2007	Orç 2007	1º Aval Decretos 6.046 e 6.076	LDO 2008	2º Aval (Maio/07)	3º e 4º Aval PL 2008 (Ago/07) ⁽³⁾	Mercado (Focus) 01/11/07	LDO 2008	Projeto de Lei (PL) 2008	Mercado (Focus) 01/11/07
Câmbio e Preços												
Câmbio (R\$/US\$, média)	2,43	2,18	2,32	2,23	2,20	2,14	2,05	1,98	1,94	2,20	1,98	1,85
Câmbio (R\$/US\$, dezembro)	2,34	2,14	2,39	2,30	2,26	2,17	...	1,92	1,78	2,23	2,04	1,87
Preços INPC (% acum. maio t-1/abril)	6,61	3,21 ⁽⁴⁾	...	2,71	2,99	3,21 ⁽⁵⁾	3,30 ⁽⁶⁾	3,30 ⁽⁶⁾	3,30 ⁽⁶⁾	3,52 ⁽⁵⁾	3,36 ⁽⁷⁾	3,69 ⁽⁷⁾
Preços IGP-DI (% a.a., médio)	5,97	1,73	3,74	4,06	4,80	4,55	...	4,06	...	3,97	3,97	...
Preços IGP-DI (% a.a.)	1,22	3,80	4,00	4,00	4,39	4,00	3,51	3,50	5,87	3,99	4,00	4,00
Preços IPCA (% a.a., médio)	6,87	4,18	4,40	4,50	4,50	3,74	...	3,52	...	4,50	3,61	...
Preços IPCA (% a.a.)	5,69	3,14	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	3,68	3,83	4,50	4,00	4,10
Preço médio do petróleo (US\$)	52,77	64,34	66,39	67,50	64,88	64,71	63,59	67,56	...	67,43	72,73	...
PIB												
PIB Nominal (R\$ bilhões)	2.147,9	2.322,8	2.523,1	2.520,1	2.520,8	...	2.765,0	2.744,8	...
Deflator Implícito do PIB (%a.a.)	7,47	4,28	3,94	3,82	3,65	...	4,37	3,70	...
Crescimento real do PIB (% a.a.)	2,94	3,70	4,75	4,75	4,50	4,50	4,50	4,70	4,70	5,00	5,00	4,37
Salário Mínimo e Massa Salarial												
Salário Mínimo (R\$)	300,00	350,00	377,73	380,00	380,00	380,00	380,00	380,00	...	404,77	407,33	...
Massa Salarial (% variação média)	11,50	13,09	9,64	10,87	11,19	11,49	12,01	12,18	...	12,88	11,60	...
Juros												
Taxa Selic Nominal (dez)	18,00	13,19	13,50	12,25	12,00	11,50	...	10,79	11,25	10,53	9,75	10,25
Taxa Selic Média	19,12	15,08	14,00	12,76	12,31	12,14	12,11	11,85	11,94	11,10	10,10	10,75
TJLP (dez)	9,75	6,85	9,00	6,85	...	6,50	...	6,25	...	6,50	6,25	...
Juro Real Médio (% a.a., médio)	12,71	11,57	9,19	7,90	7,47	7,30	7,28	7,88	7,81	6,30	5,86	6,39
Resultado Primário, Nominal e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB												
Resultado Primário Consolidado	4,35	3,88	3,80	3,80	3,81	3,80	3,80	3,80	3,70
Resultado Primário Gov. Central	3,21	2,79	2,82	2,82	2,82	...	2,85	2,85	...
Resultado Primário Gov. Regionais	1,14	1,09	0,98	0,98	0,98	...	0,95	0,95	...
Resultado Nominal Consolidado	(2,96)	(3,01)	(2,20)	...	(1,49)	(1,10)	...
Dívida com Esqueletos	46,45	44,91	43,90	...	44,80	43,40	41,40	42,05	42,00

Fonte: LDO 2008; PL 30/2007 - CN; Decretos 6.046/07, 6.076/07 e 6.173/07; Relatórios de avaliação orçamentária dos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres; Banco Central do Brasil; IBGE; Secretaria de Orçamentos Federais (MPOG); Secretaria de Política Econômica (MF). Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Valores em itálico estimados pelos autores.

⁽²⁾ Valores de 2006 foram atualizados com as últimas informações disponíveis da Secretaria de Política Econômica de 16/7/07.

⁽³⁾ Parâmetros que correspondem também aos Decretos 6.173 e 6.242/07.

⁽⁴⁾ % acumulado maio t-1 a março (reajuste do salário mínimo realizado em abril 2006).

⁽⁵⁾ % acumulado abril t-1 a março (previsão de reajuste do salário mínimo em abril e parâmetros SPE/IMF de 14/03/07).

⁽⁶⁾ % acumulado abril t-1 a março (reajuste do salário mínimo realizado em abril 2007).

⁽⁷⁾ % acumulado abril t-1 a fevereiro (reajuste do salário mínimo em março de 2008, nos termos do Projeto de Lei nº 01/07).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS, 2003-2007

Despesas Primárias e Resultado da União

Discriminação	Realizado				2007								Variações do Decreto 6.242/07 em Relação a		
	2003	2004	2005	2006	Lei	Decretos 6.046/6.076	2º Aval	Decreto 6.173/07	Decreto 6.242/07	Lei 2007	Decretos 6.046/6.076	Decreto 6.173/07			
	% PIB				R\$ milhões		R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões		
TOTAL DAS DESPESAS	15,41	15,82	16,66	17,45	463.535,0	452.354,2	454.839,1	18,05	467.741,3	18,56	472.732,0	18,75	9.197,0	20.377,8	4.990,7
Pessoal e Encargos Sociais	4,51	4,36	4,34	4,57	117.875,1	118.130,4	118.130,4	4,69	118.130,4	4,69	118.404,9	4,70	529,8	274,5	274,5
Benefícios da Previdência	6,19	6,48	6,80	7,13	182.200,6	183.092,9	183.376,0	7,28	182.231,5	7,23	183.075,9	7,26	875,3	(17,0)	844,4
Demais Despesas Vinculadas ao Salário Mínimo	0,87	0,88	0,96	1,14	29.134,0	30.384,3	30.384,3	1,21	30.809,6	1,22	31.621,3	1,25	2.487,3	1.237,0	811,7
Abono e Seguro Desemprego	0,50	0,49	0,53	0,64	15.601,3	16.405,7	16.405,7	0,65	17.225,7	0,68	18.027,0	0,72	2.425,7	1.621,4	801,4
Lei Orgânica de Assistência Social	0,27	0,30	0,35	0,42	11.644,3	11.961,3	11.961,3	0,47	11.707,9	0,46	11.707,9	0,46	63,6	(253,4)	-
Renda Mensal Vitalícia	0,11	0,10	0,08	0,08	1.888,4	2.017,4	2.017,4	0,08	1.876,0	0,07	1.886,4	0,07	(2,0)	(131,0)	10,3
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,23	0,22	0,24	0,17	3.900,0	3.900,0	3.900,0	0,15	3.900,0	0,15	3.900,0	0,15	-	-	-
Outras Despesas Obrigatórias	0,55	0,42	0,65	0,56	18.808,0	21.599,8	23.801,0	0,94	26.767,8	1,06	28.799,8	1,14	9.991,8	7.200,0	2.032,1
Subsídios e Subvenções	0,31	0,25	0,43	0,35	10.552,7	8.731,1	8.941,1	0,35	9.349,8	0,37	10.400,8	0,41	(152,0)	1.669,7	1.051,0
Sentenças Judiciais - Demais	0,06	0,05	0,04	0,04	1.599,4	1.601,4	1.601,4	0,06	1.596,7	0,06	1.352,6	0,05	(246,8)	(246,8)	(244,1)
Fundef/Fundeb - Complementação	0,04	0,03	0,03	0,02	2.000,0	2.000,0	2.006,9	0,08	2.006,9	0,08	2.019,3	0,08	19,3	19,3	12,4
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	179,3	179,3	149,7	0,01	179,0	0,01	192,8	0,01	13,6	13,6	13,8
Convênios	-	-	-	-	201,8	201,8	229,5	0,01	214,4	0,01	259,9	0,01	58,1	58,1	45,6
FDA / FDNE/SUDAM/SUDENE	-	0,00	0,01	-	0,0	1.483,8	954,8	0,04	1.287,0	0,05	1.287,0	0,05	1.287,0	(196,8)	-
Indenizações - Proagro	0,00	0,00	0,04	0,02	486,4	486,4	486,4	0,02	486,4	0,02	486,4	0,02	-	-	-
Fundo Constitucional do DF	0,01	0,01	0,02	0,02	466,1	466,1	466,1	0,02	466,1	0,02	466,1	0,02	-	-	-
Créditos Extraordinários	-	-	-	-	0,0	1.697,7	3.882,9	0,15	6.038,3	0,24	7.191,3	0,29	7.191,3	5.493,6	1.153,0
Reserva de Contingência	-	-	-	-	1.549,5	0,0	0,0	-	0,00	-	0,00	-	(1.549,5)	-	-
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,02	0,02	0,02	0,0	435,6	435,6	0,02	435,6	0,02	435,6	0,02	435,6	-	-
FGTS	0,12	0,09	0,15	0,13	1.673,5	1.673,5	1.988,0	0,08	1.988,0	0,08	1.988,0	0,08	315,4	315,4	0,8
Transferência Agência Nacional de Águas	-	-	-	0,00	27,3	27,0	22,5	0,00	22,5	0,00	22,0	0,00	(5,3)	(5,0)	(0,5)
Anistiados	-	-	-	-	72,0	72,0	92,0	0,00	153,0	0,01	153,0	0,01	81,0	81,0	-
Ajuste Caixa/Competência	(0,01)	(0,05)	(0,09)	(0,04)	0,0	2.544,1	2.544,1	0,10	2.544,1	0,10	2.544,1	0,10	2.544,1	0,0	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU	0,16	0,19	0,19	0,21	5.958,6	5.974,8	5.372,7	0,21	5.806,3	0,23	5.825,7	0,23	(132,9)	(149,1)	19,5
Discricionárias - Executivo	2,90	3,27	3,48	3,67	105.658,6	89.271,7	89.874,7	3,57	100.095,7	3,97	101.104,3	4,01	(4.554,3)	11.832,5	1.008,6
Discricionárias	3,02	3,40	3,78	3,82	101.075,7	84.688,9	85.291,9	3,38	88.812,7	3,52	89.821,3	3,56	(11.254,5)	5.132,4	1.008,6
Ajuste Caixa/Competência	(0,12)	(0,13)	(0,35)	(0,27)	0,0	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
Projeto Piloto de Investimento	-	-	0,04	0,12	4.582,8	4.582,8	4.582,8	0,18	11.283,0	0,45	11.283,0	0,45	6.700,2	6.700,2	-
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,03)	0,02	0,04	(0,05)	0,0	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE															
COM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO	2,28	2,56	2,48	2,09	50.794,9	48.447,1	48.417,2	1,92	41.717,0	1,65	41.717,0	1,65	(9.077,9)	(6.730,1)	0,0
SEM PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTO			2,53	2,21	55.377,7	53.030,1	53.000,2	2,10	53.000,0	2,10	53.000,0	2,10	(2.377,7)	(30,1)	0,0
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS	0,56	0,60	0,73	0,70	16.096,0	18.052,8	18.100,0	0,72	18.100,0	0,72	18.100,0	0,72	2.004,0	47,2	-
Memorando:															
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA	(1,44)	(1,65)	(1,75)	(1,81)	(46.290,5)	(46.261,6)	(46.389,7)	(1,84)	(44.967,2)	(1,78)	(44.545,9)	(1,77)	1.744,6	1.715,7	421,3
AJUSTE METODOLÓGICO (Recebíveis de Itaipu)		0,14	0,11	0,12											
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SEGUNDO BACE	2,70	2,60	2,21												
PRIMÁRIO ESTATAIS FEDERAIS SEGUNDO BACEN	0,46	0,61	0,58												

Fonte: Secretarias de Orçamento Federal (SOF/MPPO). Elaboração dos autores.